



PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2023 – COHAB-PA
Processo nº 2023/576971

A **COMPANHIA DE HABITAÇÃO ESTADO DO PARÁ – COHAB/PA**, sociedade de economia mista com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.887.055/0001-16, com sede à Pass. Gama Malcher, 361 - Souza - CEP 66.613-115, no Município de Belém, Estado do Pará, neste ato representada por seu Presidente, Sr. LUIZ ANDRÉ HENDERSON GUEDES DE OLIVEIRA e por intermédio do Pregoeiro designado pela **Portaria nº 142/2023 - PRESI**, datada de **17/04/2023**, publicada no **DOE Nº 35.401, de 17/05/2023**, tornam público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da legislação aplicável abaixo referenciada e demais exigências estabelecidas neste Edital.

- **Legislação Federal:** Leis Federais nº 10.520/2002 e 13.303/2016, Decreto Federal nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/2006 e, supletivamente, Lei Federal nº 8.666/1993.
- **Legislação Estadual:** Leis Estaduais nº 6.474/2002 e 8.972/2020, Decretos Estaduais de nº 878/2008, 1.667/2016, 2.121/2018 e 534/2020, bem como pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC/COHAB (disponível no sítio <http://www.cohab.pa.gov.br> na aba Transparência Pública – Editais, Licitações e Contratos).

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **11/12/2023**
HORÁRIO: **10h (Horário de Brasília)**
LOCAL: **Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/>**
UASG: **925445**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL.**
MODO DE DISPUTA: **ABERTO e FECHADO**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no serviço de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em grupo, para os empregados da Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB, conforme condições estabelecidas no **Anexo I – Termo de Referência**.

2. DO VALOR ESTIMADO

2.1. O valor global estimado da presente licitação é de **R\$ 75.736,88 (Setenta e cinco mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos)**.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS LICITANTES QUE:

3.1.1. Desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão e que estejam previamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema eletrônico **Compras.gov** (www.gov.br/compras/pt-br).

3.1.2. Atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus Anexos, em especial quanto à



documentação requerida para sua habilitação;

3.1.3. O cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF deverá ser realizado através do procedimento do registro cadastral, o fornecedor interessado, ou quem o represente, deverá acessar o SICAF no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil.

3.2. NÃO SERÁ ADMITIDA NESTA LICITAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS:

3.2.1. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;

3.2.2. Suspensa pela Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB-PA;

3.2.3. Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

3.2.4. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.2.5. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.2.6. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.2.7. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

3.2.8. Que estejam com falência declarada, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução, liquidação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.9. Empresa que esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

3.2.10. Que estejam reunidas em consórcio e seja controladora, coligada ou subsidiária entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.3. NÃO SERÁ, ADMITIDA, TAMBÉM:

3.3.1. Contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

3.3.2. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;

Companhia de Habitação do Estado do Pará

Pass. Gama Malcher, 361 - Souza - CEP 66.613-115 - Belém/PA - PABX: (91) 3214-8400 e (91) 3214-8510/8484
CNPJ/MF: 04.887.055/0001-16 - e-mail: cohab@cohab.pa.gov.br - site: www.cohab.pa.gov.br

b) empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.

3.3.3. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

3.4. Que pratica ou foi autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE por uso ilegal de mão-de-obra infantil, assim como toda a sua cadeia de fornecedores nos últimos cinco anos.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

3.6. Não poderão participar da presente licitação, empresas que apresentem mais de uma Proposta.

3.7. A licitante está obrigada a declarar, no sistema eletrônico, sua condição, ou não, de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento da licitante dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, site www.gov.br/compras/pt-br. O credenciamento deverá ser efetuado no prazo de **até 03 (três) dias úteis** antes da data de realização do presente Pregão.

4.2. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito válido para fins de habilitação.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.4. O uso de senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Em se tratando de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, esta deverá informar, por ocasião do credenciamento, que detêm tal condição, segundo previsão do § 2º, art. 13 do Decreto nº 8.538/2015, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

4.6. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao ato convocatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, preferencialmente, em **FORMATO DOC, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, EXCLUSIVAMENTE** para o endereço eletrônico aslic@cohab.pa.gov.br.

5.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e/ou demais peças técnicas.

5.2. Em até **3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública**, na forma eletrônica, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste PREGÃO, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, em **FORMATO DOC, EXCLUSIVAMENTE** para o endereço eletrônico: aslic@cohab.pa.gov.br.

5.2.1. caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e/ou demais peças técnicas, decidir sobre a impugnação no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo.

5.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

6.1. A participação no Pregão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preço, a partir da publicação do Edital por meio do sistema eletrônico no portal **Compras.gov** (www.gov.br/compras/pt-br).

6.1.2. Por ocasião do envio da proposta, a licitante enquadrada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, para fazer jus aos benefícios previstos na referida lei.

6.1.3. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará a desclassificação da proposta.

6.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

6.3. Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no neste Edital, e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, **e ainda declarar:**

6.3.1. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

6.3.2. Declaração de Menor, de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

6.3.3. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de sua Habilitação;

6.3.4. Declaração de Elaboração de Proposta Independente;

6.3.5. Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado;

6.3.6. Declaração de Acessibilidade;

6.3.7. Declaração de Cota de Aprendizagem (quando couber)

6.4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS NO SISTEMA:

6.4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário (mensal) e total dos itens, utilizando duas casas decimais, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação.

b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações e especificação do Termo de Referência sem referência às expressões “similar”, sendo vedadas descrições vagas, como “de acordo com o edital”, “modelo xx”, “conforme proposta a apresentar”, etc.

c) A proposta poderá conter outros dados e informações que, a critério do licitante, sirvam para melhor documentar e esclarecer o fornecimento do objeto.

d) Qualquer elemento que possa **identificar** a licitante importará a desclassificação da proposta.

6.4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

6.4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.

6.4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4.5. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência contratual, salvo na hipótese de desequilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado pela licitante contratada, conforme previsão na legislação pertinente.

6.4.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

6.4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão substituir ou excluir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.5. A apresentação da(s) proposta(s) implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A partir da data e hora informados no preâmbulo deste Edital, será realizada a abertura e o julgamento das Propostas de Preços recebidas, as quais devem estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste Edital e seus Anexos.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

7.3. Será desclassificada e NÃO participará da fase de lances a proposta que:

7.3.1. Não atenda as especificações mínimas exigidas no edital, ou com expressões vagas que não definam o objeto, tais como: “conforme o edital”, “modelo xx”, “conforme proposta a ser enviada”, etc.

7.3.2. Não atenda aos termos deste Edital e seus Anexos.

7.3.3. Contenha preços incompatíveis com os praticados no mercado, com os custos estimados para a execução do objeto desta licitação e com a disponibilidade orçamentária do órgão contratante.

7.3.4. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, e somente estas participarão da fase de lance.

7.5. Incumbirá a(os) licitante(s) o acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão e a responsabilidade, pelos ônus decorrentes da perda de negócios pela inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou em razão de desconexão.

7.6. Os licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem excluídos do certame pelo Pregoeiro.

7.7. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens (via chat), em campo próprio do sistema eletrônico.

8. DA FASE DE LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2. O lance será ofertado pelo valor **GLOBAL DO ITEM**.

8.2.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.2.2. Não será admitido preço do item superior ao estimado pela COHAB-PA.

8.3. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.4.1. O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, ainda que superior ao menor registrado no sistema, objetivando uma melhor posição na ordem de classificação dos lances. Assim, caso o primeiro venha a ser inabilitado será chamado o licitante na imediata ordem de classificação dos lances (2º melhor lance).

8.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedado a identificação do detentor do lance.

8.5.1. Lances considerados inexecutáveis serão excluídos do sistema pelo Pregoeiro, que alertará os licitantes quanto à necessidade de cumprimento das obrigações previstas no Edital e seus Anexos e a possibilidade de aplicação de sanções administrativas.

8.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.7. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

8.7.1. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

8.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.8.1. Alternativamente ao disposto no subitem **8.8** deste Edital, o encerramento da sessão pública poderá ser efetuado por decisão do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 minutos determinados aleatoriamente pelo próprio sistema, findo o qual será encerrada a recepção de lance.

8.9. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.10. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.10.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10.2. O Pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

8.11. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DAS MICROEMPRESAS-ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

8.12. Após a fase de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas – ME's, Empresas de Pequeno Porte – EPP's ou Microempreendedores Individuais – MEI's.

8.12.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME's, EPP's ou MEI's sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

8.13. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.13.1. A ME, EPP ou MEI melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.13.2. Não ocorrendo à contratação da ME, EPP ou MEI, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem **7.13.1** na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.14. Na hipótese do não uso do direito de preferência, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.15. O disposto no subitem **7.13.1** e seguintes só se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME, EPP ou MEI (art.45, §2º da Lei Complementar nº 123/06).

8.16. A ME, EPP ou MEI mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de reclusão.

9. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas no Edital, pelo critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.

9.1.1. Não serão admitidos preços unitários dos itens superiores aos estimados pela COHAB-PA.

9.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da COHAB-PA, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

9.3. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, ficando passiva de desclassificação a proposta acima dos valores estimados.

9.4. No caso da proposta ou o lance de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

9.4.1. Ocorrendo a situação a que se refere o **item 9.3**, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor, observado o critério de julgamento e o valor estimado para contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital, e/ou envio da Proposta Vencedora de preços atualizada e assinada pelo representante legal do licitante ou por seu procurador com poderes para o ato.

9.4.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, sendo obrigatório envio de resposta pelos participantes do certame, quando encaminhada via chat, no prazo de **até 05 (cinco) minutos**, qualquer pedido de informação ou solicitação feita pelo pregoeiro.

9.4.3. A inobservância do disposto no item anterior poderá acarretar a recusa da proposta do licitante, somente para as negociações com valores acima do estimado/referência.

9.5. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro analisará os documentos de habilitação.

9.6. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de classificação e habilitação.

10. DA FORMULAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA VIA SISTEMA

10.1. Encerrada as etapas de lances e negociação da sessão pública, o Pregoeiro convocará através do canal de comunicação eletrônica (chat), o licitante que apresentar o menor preço para envio da **proposta de preços atualizada**, e assinada pelo representante legal do licitante ou por seu procurador com poderes para o ato, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, **em até 60 (sessenta) minutos** contadas a partir da



solicitação do Pregoeiro, **preferencialmente em (formato doc ou pdf - zipado), exclusivamente**, através do **módulo de convocação de anexos do www.gov.br/compras/pt-br**.

10.2. A proposta de preços atualizada deverá ser formalizada nos moldes definidos abaixo:

a) Valores expressos, obrigatoriamente, em real;

b) O VALOR MENSAL E TOTAL DO ITEM em algarismo e por extenso da proposta. Os preços serão registrados com 02 (duas) casas decimais, incluído nos mesmos todos os custos e despesas diretas e indiretas tais como: frete, taxas e impostos, tributos, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, transporte, infraestrutura, administração, salário, e demais despesas decorrentes da execução do objeto licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, observadas ainda as isenções previstas na legislação.

c) DADOS DO LICITANTE: Nome do representante legal da empresa, Razão Social, endereço completo com CEP, telefone, endereço eletrônico (e-mail), número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento;

d) PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS: não inferior a **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de sua apresentação.

e) PRAZO DE EMISSÃO DA(S) APÓLICE(S) E CERTIFICADOS DE SEGURO: em até **15 (quinze) dias** após a publicação do extrato do Contrato na Imprensa Oficial do Estado.

10.3. Deverão, ainda, constar na proposta de preços as seguintes DECLARAÇÕES:

a) Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, encargos fiscais, impostos, seguros, frete, tributos, taxas de administração, encargos sociais e trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro, equipamentos, instrumentos e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto ora licitado, inclusive desembaraço alfandegário, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

b) Declaração de que os valores ofertados na proposta serão fixos e irrevogáveis.

c) Declaração de que cumprirá todos os prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

10.4. Havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último.

10.5. A referida proposta de preços e as documentações pertinentes deverão ser apresentadas de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características dos materiais/equipamentos que deverão estar de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar documentação incompleta ou não atenda a todas as exigências constantes neste edital e seus anexos;

10.6. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pelo Pregoeiro.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de aceitação das propostas, o detentor do menor preço terá sua habilitação (parcial) confirmada imediatamente no SICAF através da internet (on-line).

11.1.1. Os documentos apresentados digitalmente no registro cadastral são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes;

11.1.2. Os documentos a que se refere o subitem anterior deverão ser cadastrados no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas

11.1.3. Os documentos constantes no SICAF, desde que com prazo de validade vigente, poderão ser dispensados de novo encaminhamento por meio do sistema www.gov.br/compras/pt-br;

11.1.4. A documentação complementar não contida no SICAF deverá ser encaminhada no prazo de, **até 2 (duas) horas úteis**, a partir da solicitação do pregoeiro no modulo de convocação de anexos do sistema www.gov.br/compras/pt-br;

11.1.5. Os documentos digitalizados enviados pelo interessado terão valor de cópia simples;

11.1.6. Será assegurado ao licitante cadastrado e habilitado no SICAF o direito de apresentar por meio eletrônico, **exclusivamente**, através do modulo de convocação de anexos do sistema [compras.gov](http://compras.gov.br) a documentação atualizada e regularizada, caso esteja com algum documento vencido, observado o prazo estabelecido pelo Pregoeiro, devendo posteriormente providenciar junto ao respectivo Órgão a regularização.

11.1.7. Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada no **subitem 11.1**, o Pregoeiro assinalará prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária por meio eletrônico, **exclusivamente**, através do módulo de convocação de anexos do sistema gov.br.

11.1.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas – ME's, Empresas de Pequeno Porte – EPP's ou Microempreendedores Individuais – MEI's somente será exigido para efeito de assinatura do Contrato, observado o disposto nos § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

11.2. As Microempresas – ME's, Empresas de Pequeno Porte – EPP's ou Microempreendedores Individuais – MEI's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.2.1. Na hipótese acima descrita, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas – ME's, Empresas de Pequeno Porte – EPP's ou Microempreendedores Individuais – MEI's, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

11.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito da Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor



Individual – MEI vencedora à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.igo 49 do Decreto Federal nº 11.024/2019, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

11.2.3. A empresa que declarar falsamente se tratar de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa para valer-se do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/06 incorrerá no crime de falsidade ideológica e estará sujeita às penas previstas no artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais penalidades cíveis e administrativas cabíveis.

11.3. O detentor da melhor oferta regularmente aceita, deverá encaminhar no prazo de, **até 02 (duas) horas úteis**, contadas a partir da convocação do pregoeiro, através do canal de comunicação eletrônica (chat), **preferencialmente em formato doc ou pdf - zipado, exclusivamente, através do modulo de convocação de anexos do sistema compra.gov**, as seguintes **documentações de habilitação** (deve constar a assinatura do representante legal nas mesmas, quando couber):

11.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cópia do Ato Constitutivo (no caso de empresário individual) ou Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e/ou suas alterações posteriores, de modo a verificar se o objeto social do Licitante é compatível com o objeto da licitação.

b) Inscrição do Ato Constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Licença (Alvará) de Funcionamento atualizada, expedida pelo órgão competente do domicílio/sede da empresa/licitante.

11.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), vigente na data prevista para abertura da licitação, analisada automaticamente pelo SICAF;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive quanto às Contribuições sociais, representada pela Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, analisada automaticamente pelo SICAF;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, analisada automaticamente pelo SICAF;

d) Prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, analisada automaticamente pelo SICAF;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, instituída pela Lei Federal nº 12.440/11, podendo ser



retirada através do site www.tst.jus.br/certidao, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho do licitante/fornecedor. Quando não houver indicação no SICAF

11.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede jurídica da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, **com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data de sua entrega.**

a.1) Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa a recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do último exercício financeiro já exigível e apresentada na forma da lei;

b.1) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável ao Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.2) As empresas, cadastradas no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital social de, **no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação total ou item pertinente ganho.**

b.3) As empresas constituídas há menos de um ano de exercício financeiro, deverão apresentar cópia do balanço de abertura, ou cópia de livro diário contendo balanço de abertura inclusive com os termos de abertura e encerramento.

b.4) Empresas OPTANTES pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar, ainda:

b.4.1) Comprovante de opção pelo Simples Nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, http://www.receita.fazenda.gov.br/simples_nacional;

b.5) Empresas NÃO OPTANTES pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar, ainda:

Companhia de Habitação do Estado do Pará

Pass. Gama Malcher, 361 - Souza - CEP 66.613-115 - Belém/PA - PABX: (91) 3214-8400 e (91) 3214-8510/8484
CNPJ/MF: 04.887.055/0001-16 - e-mail: cohab@cohab.pa.gov.br - site: www.cohab.pa.gov.br

b.5.1) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

b.6) As empresas obrigadas ao SPED – Sistema Público de Escrituração Digital obrigam-se a apresentar o Balanço Patrimonial impresso pelo sistema, devidamente validado, do ano base exigível pela lei.

b.7) As empresas sujeitas a Lei Federal nº 6.404/76 (Lei das S.A.), deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas na Imprensa Oficial.

b.8) As demonstrações das demais empresas deverão ser transcritas no “Livro Diário”, com o Termo de Abertura e Encerramento, registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, assinados pelo Diretor da empresa e pelo Contador, constando nome completo, cargo e registro no Conselho de Contabilidade, ou geradas pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED Contábil, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, acompanhado do Termo de Autenticação emitido pela Junta Comercial.

b.9) Caso a empresa esteja aguardando o Termo de Autenticação emitido pela Junta Comercial, serão recebidos o balanço patrimonial impresso, a partir do programa gerador do SPED, assinado pelo responsável da empresa e pelo contador, bem como o protocolo que comprove o envio do balanço digital à Junta Comercial.

b.10) O procedimento acima será aceito provisoriamente até que as Juntas Comerciais regularizem a autenticação dos livros digitais.

11.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.3.4.1. Para a execução do objeto da licitação, a empresa **deverá comprovar:**

a) Aptidão para desempenho de atividade pertinente, mediante apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, contendo: Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (Razão Social, CNPJ, endereço, telefone; Local e data de emissão e Nome, cargo, telefone e email e a assinatura do responsável pela veracidade das informações).

b) O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades.

c) Prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados –SUSEP que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

11.4. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e documentos constitui meio legal de prova.

11.5. Os documentos relacionados deverão estar emitidos em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas

que as expediram.

11.6. Quando a proposta de preços e as declarações exigidas neste Edital forem assinadas por um preposto da empresa que não seja seu sócio administrador ou proprietário, o licitante também deverá enviar instrumento público ou particular de procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida, com poderes especiais para responder, formular ofertas e lances de preços, recorrer e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

11.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.8. A NÃO apresentação dos documentos acima referenciados nos prazos estabelecidos implicará na inabilitação do licitante.

11.9. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e o respectivo endereço.

11.11. Os prazos para o envio dos documentos de habilitação pelo sistema poderão ser prorrogados a critério do Pregoeiro, desde que devidamente fundamentados objetivando sempre a maior competitividade e melhores preços a Administração.

11.11. Os documentos de habilitação mencionados neste tópico deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento da licitante, vigentes à época da abertura da licitação, podendo ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para a conferência pelo Pregoeiro, ou por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.12. O documento de confirmação no **SICAF** será anexado à **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** do licitante pelo Pregoeiro.

12. DOS ERROS E FALHAS

12.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na legislação pertinente.

12.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13. DO RECURSO

13.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, no prazo de 20 (vinte) minutos, manifestar sua intenção de recorrer, no momento indicado pelo Pregoeiro.

13.1.1. Constatada pelo Pregoeiro a admissibilidade da intenção do recurso, será concedido ao recorrente o prazo de 03 (três) dias, para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, no prazo fixado pelo Pregoeiro, nos termos do caput, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.3. A decisão do pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

13.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo

13.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6. A sessão pública do pregão só será concluída depois de declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecer conectados ao sistema até o final desta etapa.

13.7. Após o julgamento dos recursos e das contrarrazões, e constatada a regularidade dos atos praticados, será adjudicado o objeto do certame ao licitante declarado vencedor, estando o resultado final da licitação sujeito à homologação pela Autoridade Superior competente, que irá analisar a conveniência e oportunidade da contratação e a legalidade dos atos praticados.

14. DA POSSIBILIDADE DE REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à proponente vencedora pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

16. DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E RESCISÃO

16.1. A autoridade competente para homologar este certame poderá revogar a licitação em face de razões de Interesse Público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.2. A anulação do procedimento licitatório induz a do Contrato.

16.3. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do fornecedor de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da Ata e das condições deste Edital.

16.4. No caso de desfazimento de processo licitatório fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

16.5. Constituem motivos para a rescisão do instrumento contratual as estabelecidas no artigo 232 do RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia.

16.6. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será antecedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 236 do RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **COHAB-PA**.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE E DA VIGÊNCIA

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu

recebimento.

17.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura.

18. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

18.1 A empresa contratada deverá emitir a(s) apólice(s) e certificado(s) de seguro em até **15 (quinze) dias** após a publicação do extrato do Contrato na Imprensa Oficial do Estado.

18.2. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela COHAB-PA.

18.3. A Ordem de Fornecimento será emitida pelo Gestor do contrato, mediante o recolhimento da caução de garantia do contrato, quando houver, nos termos do art. 208 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC/COHAB.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Não será exigida garantia contratual para o objeto licitado.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras constantes no **Termo de Referência**:

- a)** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer o mesmo, caso este não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas no Termo de Referência;
- b)** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor e da proposta de preços da **CONTRATADA**;
- c)** Comunicar à **CONTRATADA** todas as irregularidades observadas durante o recebimento do objeto da licitação;
- d)** Notificar por escrito à **CONTRATADA**, ocorrência de eventuais imperfeições na execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.;
- e)** Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- f)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela **CONTRATADA**;
- g)** Aplicar à **CONTRATADA** as sanções regulamentares;

- h) Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.
- i) Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de compra.
- j) Efetuar o pagamento da Nota Fiscal / Fatura da contratada após 30 (trinta) dias da emissão correta da mesma.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras constantes no **Termo de Referência**:

- a) Entregar o produto conforme características especificadas no Termo de referência;
- b) Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-se à **CONTRATANTE** para ajuste e pagamento;
- c) Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto;
- d) Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto nos prazos estipulados pela **CONTRATANTE**.
- e) Assegurar à **CONTRATANTE** o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;
- f) Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos produtos, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos produtos;
- g) Responsabilizar-se pela garantia dos produtos, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida no termo de referência;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de referência;
- i) Não transferir para a **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da **CONTRATADA**, nem onerar o objeto deste Termo de referência.
- j) Manter durante toda a execução do objeto em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- k) Manter preposto, aceito pela COHAB-PA para representá-lo na execução do objeto;
- l) Responder pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

m) Comunicar a COHAB/PA até 48 (quarenta e oito) horas antes do término do prazo para a entrega dos materiais, qualquer motivo que impossibilite o fornecimento.

22. DA MATRIZ DE RISCO

22.1. Não se aplica.

23. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

23.1. Nos termos do artigo 40, inciso VII da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os artigos 153, inciso X e 185 do Regulamento de Licitações e contratos da COHAB-PA, será designado representante para acompanhar e fiscalizar, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

23.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

23.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

23.4. A gestão do presente contrato ficará a cargo da Gerência Estratégica de Gestão de Pessoas - GEGEP, na pessoa de seu titular.

24. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

24.1. O recebimento estará condicionado à aceitação do objeto após a verificação do seu total cumprimento, conforme exigências e especificações nele descritas.

a) Provisoriamente, pelo agente gestor técnico, no momento da entrega do bem, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação **CONTRATADA**;

a.1) Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos fornecidos estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à **CONTRATADA** serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

a.2) Se houver recusa do objeto, no todo ou em parte, a empresa fornecedora deverá proceder à substituição, sem qualquer ônus para a COHAB-PA e dentro de **prazo máximo de 10 (dez) dias**, ou demonstrar a improcedência da recusa, no prazo máximo de 2 (dois) dias de sua ocorrência.

b) Definitivamente, em até **15 (quinze) dias**, pelo agente gestor técnico, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos produtos com a proposta e consequente aceitação.

24.2. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de termo aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

25. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

25.1. O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação e aceitação da NOTA FISCAL e demais documentos no setor financeiro da COHAB-PA.

25.2. A NOTA FISCAL deverá estar atestada, visada e aceita pela unidade de fiscalização e gerenciamento do Contrato e acompanhada das seguintes certidões dentro de seus prazos de validades:

- a)** Certidão Negativa ou de Regularidade correspondente a Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b)** Certidão Negativa ou de Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c)** Certidão Negativa ou de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- d)** Certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-GTS;
- d)** Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT.

25.3. Qualquer inconsistência, erro ou omissão na Nota Fiscal ou na documentação fiscal será objeto de glosa pela COHAB-PA e devolução da documentação à empresa para correção ou complementação, com a consequente interrupção do prazo para pagamento, que iniciará novamente somente após a documentação regularizada, reapresentada e aceita.

25.4. Para efeito de pagamento, a COHAB-PA procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicável ao objeto, se for o caso.

25.5. O pagamento será creditado em favor do Contratado por meio de ordem bancária em conta do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, devendo para isso ficar explicitado na nota fiscal/fatura, o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito em conformidade com o art. 2º do Decreto Estadual nº 877, de 31/03/2008, exceto para aqueles que não possuam domicílio no Estado do Pará, que poderão explicitar em sua nota fiscal/fatura domicílio bancário de outra praça.

26. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

26.1. Os preços serão fixos e irredutíveis durante toda a vigência do contrato.

27. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. Os recursos para cobrir as despesas com a presente licitação correrão à dotação orçamentária própria, consignada no Orçamento da Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB, na seguinte dotação:

PROGRAMA DE TRABALHO: 16.122.1297. 8338

PLANO INTERNO	NATUREZA DA DESPESA:	FONTE	AÇÃO - SIAFE
412.000.8338 - C	339039	01.501.0000.61	285044

28. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AO LICITANTE/CONTRATADA

28.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, o licitante que causar o retardamento do andamento do certame, fraudar de qualquer forma o procedimento desta licitação, ou o vencedor que convocado dentro do prazo de validade da proposta, deixar de entregar documentação exigida no Edital, falhar ou frustrar a execução do Contrato, e ainda às seguintes penalidades, segundo a extensão da falta cometida, em observância ao direito à prévia defesa, que:

OCORRÊNCIA	SANÇÕES E PENALIDADES QUE PODERÃO SER APLICADAS
1. Não assinar o contrato, ou não retirar a Nota de Empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.	<ul style="list-style-type: none"> • Impedimento de licitar com a COHAB-PA pelo período de 2 (dois) anos, e/ou, • multa de 10% (dez por cento) sobre o valor registrado na Ata de Registro de Preços/Contrato, a juízo da Administração.
2. Entregar o objeto fora do prazo estabelecido.	<ul style="list-style-type: none"> • Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do serviço não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. • Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto serviço.
3. Não efetuar a troca do objeto, quando notificado.	<ul style="list-style-type: none"> • Impedimento de licitar com a COHAB-PA pelo período de 1 (um) ano, e/ou, • Multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato/Nota de Empenho.
4. Substituir o objeto fora dos prazo estabelecido.	<ul style="list-style-type: none"> • Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do serviço não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do serviço.
5. Deixar de entregar documentação exigida no Edital.	<ul style="list-style-type: none"> • Impedimento de licitar com a COHAB-PA pelo período de 01 (um) ano, e/ou, • Multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato/Nota de Empenho/valor total estimado para o item.
6. Comportar-se de modo inidôneo.	<ul style="list-style-type: none"> • Impedimento de licitar com a COHAB-PA pelo período de 2 (dois) anos, e/ou, • Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, a juízo da Administração.
7. Fizer declaração falsa.	<ul style="list-style-type: none"> • Impedimento de licitar com a COHAB-PA pelo período de 2 (dois) anos, e/ou, • Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor

	estimado da contratação, a juízo da Administração
8. Apresentar documentação falsa.	<ul style="list-style-type: none"> • Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos, e/ou, • Multa de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato/Nota de Empenho. • Comunicar ao Ministério Público Estadual.
9. Cometer fraude fiscal.	<ul style="list-style-type: none"> • Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos, e/ou, • Multa de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato/Nota de Empenho. • Comunicar ao Ministério Público Estadual.
10. Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no Edital e seus Anexos, em que não se comine outra penalidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do instrumento contratual, limitada a • 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
11. Inexecução total.	<ul style="list-style-type: none"> • Impedimento de licitar com a COHAB-PA pelo período de 2 (dois) anos, e/ou, • Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços.
12. Inexecução parcial do serviço.	<ul style="list-style-type: none"> • Impedimento de licitar com a COHAB-PA pelo período de 01 (um) ano, e/ou, • Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.

28.2. Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, a **CONTRATANTE** poderá proceder a rescisão unilateral do contrato, hipótese em que a **CONTRATADA** também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital;

28.3. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula;

28.4. A defesa a que alude o caput deste item deverá ser exercida pelo interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos e serem arroladas até 03 (três) testemunhas;

28.5. Serão considerados injustificados, os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e, a aceitação da justificativa ficará a critério da **CONTRATANTE** que deverá examinar a legalidade da conduta da **CONTRATADA**;

28.6. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela COHAB-PA, conforme procedimento esboçado no subitem anterior, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas no subitem **28.1**;

28.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, seus Anexos, e nas demais cominações legais;

28.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016 e subsidiariamente na Lei estadual nº 8.972/2020, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará;

28.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

28.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e nos demais cadastros;

28.11. Pelo inadimplemento contratual a **CONTRATADA** ficará sujeita às sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e demais disposições da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAB-PA;

28.12. Quando se tratar de sanção de multa, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** concomitantemente as penas de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Estadual e impedimento de licitar e contratar com a Administração;

28.13. Caso a **CONTRATADA** não possa cumprir os prazos estipulados para a execução total ou parcial, do objeto, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, quando ocorrer fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência;

28.14. As multas devidas e/ou prejuízos causados a **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA** serão deduzidos dos valores a serem pagos;

28.15. A **CONTRATADA** inadimplente que não tiver valores a receber da **CONTRATANTE**, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa;

28.16. A aplicação das aludidas multas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato;

28.17. As penalidades serão aplicadas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

29. DOS ATOS LESIVOS A COHAB – DA LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI Nº 12.846/2013)

29.1. As Partes se obrigam a cumprir, ou fazer cumprir, por si, suas afiliadas ou seus proprietários, acionistas, conselheiros, administradores, diretores, superintendentes, funcionários, agentes ou eventuais subcontratados, enfim, quaisquer representantes (denominados “Colaboradores”), os termos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), bem como demais leis, normas e regulamentos que

versem sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública (denominada “Leis Anticorrupção”).

29.2. As Partes se obrigam a abster-se de agir de forma lesiva à administração pública, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, e de praticar quaisquer atos ou atividades que facilitem, constituam ou impliquem no descumprimento da legislação anticorrupção em vigor, devendo:

- a)** Manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas;
- b)** Dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais elegíveis que venham a se relacionar com a outra parte, previamente ao início de sua atuação no âmbito do contrato;
- c)** Caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente a outra parte, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

30. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (Lei nº 13.709/2018)
--

30.1. As partes declaram que têm ciência dos termos da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos às suas disposições, com intuito de proteção dos dados pessoais obtidos em virtude da execução do contrato.

30.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e dados sensíveis – obtidas em virtude da execução do contrato, obrigando-se à:

- a)** realizar o tratamento dos dados pessoais apenas para propósitos legítimos, específicos e compatíveis com as finalidades do objeto do contrato;
- b)** limitar o tratamento dos dados pessoais ao mínimo necessário e com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do objeto do contrato;
- c)** utilizar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- d)** não realizar o tratamento dos dados pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- e)** eliminar os dados pessoais após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação se houver situação enquadrada nos incisos do art. 16 da Lei nº 13.709/2018.

30.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais obtidos em virtude da execução do contrato, por inobservância da Lei nº 13.709/2018.

31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

31.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

31.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

31.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

31.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

31.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

31.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/pt-br, www.compraspara.pa.gov.br, www.cohab.pa.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Pass. Gama Malcher, 361 - Souza - CEP 66.613-115, nos dias úteis, no horário das **08h as 12h e 14h as 17h**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

32. DO FORO

32.1. As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

33. ANEXOS

33.1. Constituem Anexos do Edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição:

a) Anexo I – Termo de Referência;

b) Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

d) Anexo III – Minuta do Contrato.

e) Anexo IV – Modelo de Declaração de que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;

f) Anexo V – Modelo de Declaração de Idoneidade

Belém, 27 de novembro de 2023.

LUIS ANDRÉ HENDERSON GUEDES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO

1. JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica -se pela necessidade do cumprimento de Cláusula Social do Acordo Coletivo de Trabalho, que visa o atendimento de todos os empregados ativos desta COHAB-PA, sem limite de idade.

2. OBJETO:

Contratação de empresa especializada no serviço de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em grupo, para os empregados desta Companhia.

3. QUANTITATIVO ESTIMADO DE EMPREGADOS: 300 (trezentos).

4. CAPITAL SEGURADO:

É a importância máxima a ser paga ao segurado ou aos seus beneficiários de acordo com o valor estabelecido para a garantia contratada vigente na data do evento.

5. COBERTURAS:

A empresa a ser contratada deverá garantir cobertura do seguro de vida em grupo para o quantitativo estimado de empregados desta Companhia, estabelecido no item 3, para os seguintes eventos:

- a) **MORTE:** Garante aos beneficiários do seguro o pagamento do valor do capital contratado de morte por causas naturais e acidentais, na forma do art. 10 da Circular SUSEP nº 302, de 19 de setembro de 2005.
- b) **INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA** – Garante o pagamento de indenização em caso de invalidez funcional permanente total, consequente de doença, que cause a perda da existência independente do segurado, na forma do art. 17, da Circular SUSEP nº 302, de 19 de setembro

de 2005.

2

- c) **INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE** – Garante o pagamento de uma indenização relativa à perda, à redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto, na forma do art. 11 da Circular SUSEP nº 302, de 19 de setembro de 2005.

Para efeito de elaboração de proposta, deverá ser considerada a relação de empregados emitida pela Gerência Estratégica de Gestão de Pessoas - GEGEP, com os dados dos funcionários a serem considerados.

6. TABELA DE IMPORTANCIAS SEGURADAS INDIVIDUALMENTE:

- a) CB – Cobertura Básica (Morte) – (Natural / Acidente) = R\$ 27.071,09
- b) IPA – Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente = R\$ 27.071,09
- c) IFPD – Invalidez Funcional Permanente Total por Doença = R\$ 27.071,09

7. COBERTURA BÁSICA-CB (MORTE):

Garantirá aos beneficiários o pagamento do capital segurado individual contratado para esta cobertura, em caso de morte do segurado, seja natural, seja acidental, devidamente coberta.

Em havendo necessidade, a COHAB-PA poderá determinar, unilateralmente, o acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto, em até 25%, na forma do art. 81, da Lei 13.303/16.

8. GRUPO SEGURÁVEL:

Todos os empregados da Companhia de Habitação do Estado do Pará-COHAB-PA, sem limite de idade, em efetivo exercício na COHAB-PA.

8.1. Afastados

Os segurados que vierem a se afastar ou os que estiverem afastados do trabalho, usufruindo de Auxílio Doença Previdenciário ou Acidentado, afastados por invalidez por doença em caráter provisório, inclusive os aposentados, desde que estes estejam vinculados à Contratante, terão direito às coberturas do seguro.

Não serão informados à contratada os funcionários afastados do trabalho ou³ que vierem a se afastar.

8.2. Aposentados por Tempo de Serviço

Os aposentados atuais, em efetivo exercício na Companhia, bem como os afastados por enfermidade, terão direito às coberturas do seguro, desde que permaneçam vinculados à Contratante.

8.3. Aposentados por Invalidez

Os aposentados que vierem a se aposentar por invalidez de qualquer natureza durante a vigência do contrato terão direito às coberturas do seguro.

9. LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO:

O pagamento do seguro deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos comprobatórios.

10. DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DO SEGURADO

10.1. Farão parte do grupo segurado todos os empregados da Companhia de Habitação do Estado do Pará-COHAB-PA, sem limite de idade, em efetivo exercício na COHAB-PA.

10.2. As inclusões e exclusões dos segurados serão processadas mensalmente através de envio pela CONTRATANTE, da relação por meio eletrônico contendo nome completo, CPF e data do nascimento.

10.3. Os empregados admitidos farão automaticamente parte do grupo segurado.

10.4. Os empregados demitidos serão excluídos no primeiro dia do mês subsequente ao mês do desligamento.

10.5. Será permitido ao segurado, em qualquer época, indicar ou substituir os beneficiários, mediante comunicação à Seguradora por intermédio do Estipulante. Qualquer mudança de beneficiários, desde que obedecidas às formalidades acima, entrará em vigor a partir da assinatura do respectivo pedido por parte do segurado.

11. ESTIMATIVA DE CUSTO:

SERVIÇO	VALORES				
	EMPRESAS/PRÊMIO MENSAL			MÉDIA MENSAL (R\$)	MÉDIA ANUAL (R\$)
	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C		
Seguro de Vida em grupo.	7.397,26	4.757,32	6.779,64	6.311,41	75.736,92

O valor total anual estimado para esta contratação é de **R\$ 75.736,92 (Setenta e cinco mil, setecentos e trinta e seis reais e noventa e dois centavos)**.

12. VIGÊNCIA:

O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo prorrogáveis conforme entendimentos das partes.

13. DA LEI ANTICORRUPÇÃO (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013)

13.1. As Partes se obrigam a cumprir, ou fazer cumprir, por si, suas afiliadas ou seus proprietários, acionistas, conselheiros, administradores, diretores, superintendentes, funcionários, agentes ou eventuais subcontratados, enfim, quaisquer representantes (denominados “Colaboradores”), os termos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), bem como demais leis, normas e regulamentos que versem sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública (denominada “Leis Anticorrupção”).

13.2. As Partes se obrigam a abster-se de agir de forma lesiva à administração pública, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, e de praticar quaisquer atos ou atividades que facilitem, constituam ou impliquem no descumprimento da legislação anticorrupção em vigor, devendo:

- Manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas;
- Dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais elegíveis que venham a se relacionar com a outra parte, previamente ao

início de sua atuação no âmbito do contrato;

- c) Caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente a outra parte, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

14. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (Lei nº 13.709/2018)

14.1. As partes declaram que têm ciência dos termos da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos às suas disposições, com intuito de proteção dos dados pessoais obtidos em virtude da execução do contrato.

14.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e dados sensíveis - obtidas em virtude da execução do contrato, obrigando-se à:

- a) realizar o tratamento dos dados pessoais apenas para propósitos legítimos, específicos e compatíveis com as finalidades do objeto do contrato;
- b) limitar o tratamento dos dados pessoais ao mínimo necessário e com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do objeto do contrato;
- c) utilizar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- d) não realizar o tratamento dos dados pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- e) eliminar os dados pessoais após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação se houver situação enquadrada nos incisos do art. 16 da Lei nº 13.709/2018.

14.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais obtidos em virtude da execução do contrato, por inobservância da Lei nº 13.709/2018.

15. FORMA DE PAGAMENTO:

O faturamento deverá ocorrer mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, mediante emissão de faturas e nota fiscal que serão

devidamente analisadas e atestadas pela Gerência Estratégica de Gestão de Pessoas – GEGERP, da COHAB-PA, por meio de seu gestor.

Para efetivação do pagamento é obrigatório a apresentação dos seguintes documentos, devidamente atualizados: Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, FGTS, CND Estadual e Municipal, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, que deverão ser anexadas à(s) fatura(s)/ nota(s) fiscal(ais) atestada(s) pelo gestor do contrato.

16. DA HABILITAÇÃO

A habilitação dos interessados deverá seguir o disposto no art. 58, da lei 13.303/16, bem como na subseção XI, art. 68, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAB/PA, conforme abaixo relacionado:

- Habilitação jurídica;
- Regularidade fiscal e trabalhista;
- Qualificação econômico-financeira;
- Qualificação técnica.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, poderão ser aplicadas a Contratada as sanções previstas no art. 82 e seguintes da Lei Federal 13.303/2016, bem como no art. 234 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAB/PA.

18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

18.1. A Seguradora deverá emitir a(s) apólice(s) e certificados de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a assinatura do Contrato.

18.2. A partir da data de início de vigência da apólice, a Seguradora assumirá todos os riscos inerentes ao grupo segurado deste Termo de Referência, inclusive dos empregados que eventualmente estejam ou venham a ser afastados para tratamento de saúde.

18.3. Atender às determinações da área gestora do Contrato e prestar informações exatas à mesma, não criando embaraços.

18.4 A Seguradora deverá designar um representante perante a Contratante para prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a

execução do contrato.

18.4. Quadro faixa-etária de empregados

FAIXA ETÁRIA / ANOS	QT	%
ATÉ 35	36	14,06%
ENTRE 36 E 50	93	36,33%
ENTRE 51 E 60	49	19,14%
ACIMA DE 60	78	30,47%
TOTAL	257	100,00%

Belém, 18 de maio de 2023.

Atenciosamente,

Manoel José Rocha Nascimento
Gerente Estratégico de Gestão de Pessoas



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

(Em papel timbrado, contendo CNPJ, endereço, telefone e demais dados necessários à formulação do contrato).

À

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ – COHAB/PA

Ref.: Processo nº 2023/576971 - Pregão Eletrônico nº xx/2023.

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sas., nossa proposta de preços para o fornecimento de equipamentos e serviço, nos termos do Edital e seus Anexos, conforme abaixo relacionado:

ITEM	PRODUTO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	PREÇO UNIT	TOTAL
01		Und	01		
TOTAL GERAL					
Informar, também, o valor por extenso					

- Os valores ofertados na proposta serão fixos e irrevogáveis.
- Nos preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive frete, taxas, impostos, tributos, seguro, contribuições sociais, encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, comerciais, inclusive desembaraço alfandegário e outros inerentes ao objeto, inclusive despesas necessárias ao seu integral cumprimento, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, observado ainda as isenções previstas na legislação.
- Prazo de validade da proposta de preços: não inferior a **120 (cento e vinte) dias** contados da data de sua apresentação.
- Prazo de Emissão da(s) Apólice(s) e Certificado(s): **Em até 15 (quinze) dias** após a publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial do Estado.
- Pela presente, declaramos inteiro conhecimento e aceitação das condições estabelecidas no instrumento convocatório em epígrafe e seus anexos, bem como a obrigatoriedade do cumprimento das disposições neles contidas, assumindo o compromisso de fornecer todos os produtos, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, caso seja necessário, promovendo, quando requerido, sua substituição..
- Estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no edital, termo de referência e instrumento de contrato.
- Estamos cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta execução do objeto licitado.

Companhia de Habitação do Estado do Pará

Pass. Gama Malcher, 361 - Souza - CEP 66.613-115 - Belém/PA - PABX: (91) 3214-8400 e (91) 3214-8510/8484
CNPJ/MF: 04.887.055/0001-16 - e-mail: cohab@cohab.pa.gov.br - site: www.cohab.pa.gov.br



- Declaramos ciência quanto ao fato de que a nossa inadimplência, enquanto contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Estado do Pará, nem poderá onerar o objeto desta proposta, razão pela qual renunciaremos expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Pública Estadual.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____ CNPJ/MF: ____
Endereço: _____ CEP: ____
Tel./Fax: _____
Endereço Eletrônico (e-mail): _____ Cidade: ____
UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ C/C: ____

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: _____ Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____

UF: _____ CPF/MF: _____

Cargo/Função: _____ RG nº: _____ Expedido
por: _____ Naturalidade: _____

Nacionalidade: _____

Local e data

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

Companhia de Habitação do Estado do Pará

Pass. Gama Malcher, 361 - Souza - CEP 66.613-115 - Belém/PA - PABX: (91) 3214-8400 e (91) 3214-8510/8484
CNPJ/MF: 04.887.055/0001-16 - e-mail: cohab@cohab.pa.gov.br - site: www.cohab.pa.gov.br



MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2023 - COHAB.

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB-PA E A EMPRESA XXXXXX CONSOANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

O ESTADO DO PARÁ, por intermédio da **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ-COHAB/PA**, sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei N.º 3.282, de 13.04.1965 com Sede na Passagem Gama Malcher nº 361, Bairro; Souza, nesta cidade, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da fazenda **CNPJ/MF nº 04.887.055/0001-16**, neste ato representada na forma do seu estatuto, por seu Diretor Presidente, Sr. **LUIS ANDRÉ HENDERSON GUEDES DE OLIVEIRA**, brasileiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 3040032-SSP/PA e CPF nº 372.635.522-72, residente e domiciliado nesta capital e por seu Diretor Administrativo e Financeiro Sr. **ÉRICO BRANDÃO PIMENTA**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG nº 6306887-PC/PA e CPF/MF Nº 013.553.432-16, residente e domiciliado nesta capital, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXX**, estabelecida à **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da fazenda CNPJ/MF nº **XXXXXXX**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, (**QUALIFICAR**), residente e domiciliado à **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente contrato, em conformidade com o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2023-COHAB, Processo nº 2023/576971** e mediante as cláusulas e condições que reciprocamente se outorgam e se obrigam.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente Contrato será regido pela legislação aplicável ao assunto, conforme abaixo:

- **Legislação Federal:** Leis Federais nº 10.520/2002 e 13.303/2016, Decreto Federal nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/2006 e, supletivamente, Lei Federal nº 8.666/1993.
- **Legislação Estadual:** Leis Estaduais nº 6.474/2002 e 8.972/2020, Decretos Estaduais de nº 878/2008, 1.667/2016, 2.121/2018 e 534/2020, bem como pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC/.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no **Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2023** e seus anexo, bem como aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

3.1. A minuta deste Contrato foi aprovada pela **Assessoria Jurídica** da Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB, conforme **Parecer Jurídico nº 2.164/2023**, nos termos da Lei Federal nº 13.303/16 e art. 8 e 10º, XII do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAB/PA.

CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO

4.1. Este Contrato tem como objeto a prestação de serviço de **Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em Grupo** para os empregados da Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB.



4.2. Além da proposta vencedora, passam a fazer parte integrante deste Contrato, como se nele fossem transcritos, os seguintes documentos:

a) Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CARACTERÍSTICAS DO SEGURO

5.1. Quantitativo estimado de segurados: 300 (trezentos) empregados

5.2. Capital Segurado: É a importância máxima a ser paga ao segurado ou aos seus beneficiários de acordo com o valor estabelecido para a garantia contratada vigente na data do evento.

5.3. Coberturas: A empresa a ser contratada deverá garantir cobertura do seguro de vida em grupo para o quantitativo estimado de empregados desta Companhia, estabelecido no **item 5.1**, para os seguintes eventos:

a) Morte: Garante aos beneficiários do seguro o pagamento do valor do capital contratado de morte por causas naturais e acidentais, na forma do art. 10 da Circular SUSEP nº 302, de 19 de setembro de 2005.

b) Invalidez funcional permanente total por doença – Garante o pagamento de indenização em caso de invalidez funcional permanente total, consequente de doença, que cause a perda da existência independente do segurado, na forma do art. 17, da Circular SUSEP nº 302, de 19 de setembro de 2005.

c) Invalidez permanente por acidente – Garante o pagamento de uma indenização relativa à perda, à redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto, na forma do art. 11 da Circular SUSEP nº 302, de 19 de setembro de 2005.

5.4. Tabela de Importancias Seguradas Individualmente:

a) CB – Cobertura Básica (Morte) – (Natural / Acidente) = R\$ 27.071,09

b) IPA – Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente = R\$ 27.071,09

c) IFPD – Invalidez Funcional Permanente Total por Doença = R\$ 27.071,09.

5.5. Cobertura Básica-Cb (Morte): Garantirá aos beneficiários o pagamento do capital segurado individual contratado para esta cobertura, em caso de morte do segurado, seja natural, seja acidental, devidamente coberta.

5.6. Grupo Segurável: Todos os empregados da Companhia de Habitação do Estado do Pará-COHABPA, sem limite de idade, em efetivo exercício na COHAB-PA.

5.6.1. Afastados: Os segurados que vierem a se afastar ou os que estiverem afastados do trabalho, usufruindo de Auxílio Doença Previdenciário ou Acidentado, afastados por invalidez por doença em caráter provisório, inclusive os aposentados, desde que estes estejam vinculados à Contratante, terão direito às coberturas do seguro.

5.6.1.1. Não serão informados à contratada os funcionários afastados do trabalho ou que vierem a se afastar.

5.6.2. Aposentados por Tempo de Serviço: Os aposentados atuais, em efetivo exercício na Companhia, bem como os afastados por enfermidade, terão direito às coberturas do seguro, desde que permaneçam vinculados à Contratante.

5.6.3. Aposentados por Invalidez: Os aposentados que vierem a se aposentar por invalidez de qualquer natureza durante a vigência do contrato terão direito às coberturas do seguro.



5.7. Liquidação do Sinistro: O pagamento do seguro deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após o recebimento dos documentos comprobatórios.

5.8. Inclusão e Exclusão de Segurado:

5.8.1. Farão parte do grupo segurado todos os empregados da Companhia de Habitação do Estado do Pará-COHAB-PA, sem limite de idade, em efetivo exercício na COHAB-PA.

5.8.2. As inclusões e exclusões dos segurados serão processadas mensalmente através de envio pela CONTRATANTE, da relação por meio eletrônico contendo nome completo, CPF e data do nascimento.

5.8.3. Os empregados admitidos farão automaticamente parte do grupo segurado.

5.8.4. Os empregados demitidos serão excluídos no primeiro dia do mês subsequente ao mês do desligamento.

5.8.5. Será permitido ao segurado, em qualquer época, indicar ou substituir os beneficiários, mediante comunicação à Seguradora por intermédio do Estipulante.

5.8.5.1. Qualquer mudança de beneficiários, desde que obedecidas às formalidades acima, entrará em vigor a partir da assinatura do respectivo pedido por parte do segurado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO PARA EMISSÃO DA(S) APÓLICE(S) E CERTIFICADO(S) DE SEGURO.

6.1. A Seguradora deverá emitir a(s) apólice(s) e certificados de seguro no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, após a assinatura do contrato;

a) O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela COHAB-PA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O recebimento estará condicionado à aceitação do objeto após a verificação do seu total cumprimento, conforme exigências e especificações nele descritas.

a) Provisoriamente, pelo agente gestor técnico, no momento da entrega do bem, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação **CONTRATADA**;

a.1) Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos fornecidos estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à **CONTRATADA** serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

a.2) Se houver recusa do objeto, no todo ou em parte, a empresa fornecedora deverá proceder à substituição, sem qualquer ônus para a COHAB-PA e dentro de **prazo máximo de 10 (dez) dias**, ou demonstrar a improcedência da recusa, no prazo máximo de 2 (dois) dias de sua ocorrência.

b) Definitivamente, em até **15 (quinze) dias**, pelo agente gestor técnico, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos produtos com a proposta e consequente aceitação.

7.3. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de termo aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.



CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) A partir da data de início de vigência da apólice, a Seguradora assumirá todos os riscos inerentes ao grupo segurado, inclusive dos empregados que eventualmente estejam ou venham a ser afastados para tratamento de saúde.
- b) Entregar o produto conforme características especificadas no Termo de referência;
- c) Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-a à **CONTRATANTE** para ajuste e pagamento;
- d) Atender prontamente às determinações da área gestora do contrato e prestar informações exatas à mesmo, não criando embargos.
- e) Assegurar à **CONTRATANTE** o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;
- f) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste contrato;
- g) Não transferir para a **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da **CONTRATADA**, nem onerar o objeto deste contrato;
- h) Manter durante toda a execução do objeto em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- i) Designar um representante perante a **CONTRATADA** para prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;
- j) Responder pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- k) Comunicar a COHAB/PA até 48 (quarenta e oito) horas antes do término do prazo para a entrega dos produtos, qualquer motivo que impossibilite o fornecimento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da entrega do produto, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer o mesmo, caso este não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas no Termo de Referência e neste contrato;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte, o produto em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor e da proposta de preços da **CONTRATADA**;
- c) Comunicar à **CONTRATADA** todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos equipamentos;
- d) Notificar por escrito à **CONTRATADA**, ocorrência de eventuais imperfeições na execução do serviço de, fixando prazo para a sua correção.;



- e) Solicitar a substituição dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela **CONTRATADA**;
- g) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções regulamentares;
- h) Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários, quando for o caso, através dos documentos pertinentes.
- i) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de compra.
- j) Efetuar o pagamento da Nota Fiscal / Fatura da **CONTRATADA** em até **30 (trinta) dias** da emissão correta da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do artigo 40, inciso VII da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os artigos 153, inciso X e 185 do Regulamento de Licitações e contratos da COHAB-PA, será designado representante para acompanhar e fiscalizar, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. A gestão do presente contrato ficará a cargo da Gerência Estratégica de Gestão de Pessoas - GEGEP na pessoa de seu titular.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1. O faturamento deverá ocorrer mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, mediante emissão de faturas e nota fiscal que serão devidamente analisadas e atestadas pela Gerência Estratégica de Gestão de Pessoas – GEGEP, da COHAB-PA, por meio de seu gestor.

11.2. O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação e aceitação da NOTA FISCAL e demais documentos no setor financeiro da COHAB-PA.

a) No caso fortuito ou de força maior, o prazo de pagamento estipulado no item acima, poderá ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias úteis, a critério da Administração.

11.2. A NOTA FISCAL deverá estar atestada, visada e aceita pela unidade de fiscalização e gerenciamento do Contrato e acompanhada das seguintes certidões dentro de seus prazos de validades:



- a) Certidão Negativa ou de Regularidade correspondente a Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa ou de Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) Certidão Negativa ou de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- d) Certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-GTS;
- d) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT.

11.3. Qualquer inconsistência, erro ou omissão na Nota Fiscal ou na documentação fiscal será objeto de glosa pela COHAB-PA e devolução da documentação à empresa para correção ou complementação, com a consequente interrupção do prazo para pagamento, que iniciará novamente somente após a documentação regularizada, reapresentada e aceita.

11.4. Para efeito de pagamento, a COHAB-PA procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicável ao objeto, se for o caso.

11.5. O pagamento será creditado em favor do Contratado por meio de ordem bancária em conta do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, devendo para isso ficar explicitado na nota fiscal/fatura, o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito em conformidade com o art. 2º do Decreto Estadual nº 877, de 31/03/2008, exceto para aqueles que não possuam domicílio no Estado do Pará, que poderão explicitar em sua nota fiscal/fatura domicílio bancário de outra praça.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. Os recursos para cobrir as despesas com a presente licitação correrão à dotação orçamentária própria, consignada no Orçamento da Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHBA, na seguinte dotação:

PROGRAMA DE TRABALHO: 16.122.1297. 8338			
PLANO INTERNO	PLANO INTERNO	PLANO INTERNO	PLANO INTERNO
412.000.8338 - C	412.000.8338 - C	412.000.8338 - C	412.000.8338 - C

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

13.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx irrevogável, conforme detalhamento abaixo.

ITEM	PRODUTO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					

13.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE CONTRATUAL

14.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante toda a vigência do contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos na Lei Federal nº 13.303/16 e Regulamento Interno de Licitações – RILC/COHAB, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, poderão ser aplicadas a Contratada as sanções previstas no art. 82 e seguintes da Lei Federal 13.303/2016, bem como no art. 234 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAB/PA.

16.2. Para fins de aplicação de sanções também serão aplicáveis aquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/2002

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI Nº 12.846/2013)

17.1. As Partes se obrigam a cumprir, ou fazer cumprir, por si, suas afiliadas ou seus proprietários, acionistas, conselheiros, administradores, diretores, superintendentes, funcionários, agentes ou eventuais subcontratados, enfim, quaisquer representantes (denominados “Colaboradores”), os termos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), bem como demais leis, normas e regulamentos que versem sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública (denominada “Leis Anticorrupção”).

17.2. As Partes se obrigam a abster-se de agir de forma lesiva à administração pública, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, e de praticar quaisquer atos ou atividades que facilitem, constituam ou impliquem no descumprimento da legislação anticorrupção em vigor, devendo:

- a)** Manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas;
- b)** Dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais elegíveis que venham a se relacionar com a outra parte, previamente ao início de sua atuação no âmbito do contrato;
- c)** Caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente a outra parte, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (Lei nº 13.709/2018)

18.1. As partes declaram que têm ciência dos termos da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos às suas disposições, com intuito de proteção dos dados pessoais obtidos em virtude da execução do contrato.

18.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e dados sensíveis – obtidas em virtude da execução do contrato, obrigando-se à:

- a)** realizar o tratamento dos dados pessoais apenas para propósitos legítimos, específicos e compatíveis com as finalidades do objeto do contrato;
- b)** limitar o tratamento dos dados pessoais ao mínimo necessário e com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do objeto do contrato;
- c)** utilizar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;



- d) não realizar o tratamento dos dados pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- e) eliminar os dados pessoais após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação se houver situação enquadrada nos incisos do art. 16 da Lei nº 13.709/2018.

18.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais obtidos em virtude da execução do contrato, por inobservância da Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO

19.1. Constituem motivos para a rescisão do Contrato as hipóteses previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB, sem prejuízo de outras disposições legais aplicáveis, ainda que de forma supletiva.

19.2. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais, Lei nº 13.303/16 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB/PA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, **cisão ou incorporação da CONTRATADA**, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

22.1. O prazo de vigência deste contrato será de **12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes nos termos da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC/COHAB.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

23.1. Fica expressamente vedada por qualquer uma das partes e por qualquer modalidade que seja, a cessão/transferência total ou parcial dos direitos e obrigações previstos neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

24.1. O presente Contrato será publicado sob a forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o artigo 28, § 5º da Constituição Estadual e da Resolução nº 12.094, de 31 de janeiro de 1991, do Tribunal de Contas do Estado do Pará.



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

24.1. As partes elegem o foro da Justiça do Estado do Pará, na cidade de Belém, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

24.2. E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os fins de direito, sem rasuras ou emendas, que depois de lido e achado em ordem, também é assinada eletronicamente pelos contraentes, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Belém/PA, ____ de ____ de 2023.

ÉRICO BRANDÃO PIMENTA
 Diretor Administrativo Financeiro

LUÍS ANDRÉ HENDERSON GUEDES DE OLIVEIRA
 Diretor Presidente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

XXXXXXXXXXXX
 Gestor(a) do Contrato

TESTEMUNHAS

ASSINATURA	CPF



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

(em papel timbrado da empresa)

À

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ – COHAB/PA

Ref.: Processo nº 2023/576971 - Pregão Eletrônico nº xx/2023.

DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à (endereço completo), neste ato representada pelo(s) diretor(es) ou sócio(s) (nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) portador(a) da CI nº e do CPF/MF nº, NÃO possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, análogo ao de escravo.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa)

Companhia de Habitação do Estado do Pará

Pass. Gama Malcher, 361 - Souza - CEP 66.613-115 - Belém/PA - PABX: (91) 3214-8400 e (91) 3214-8510/8484
CNPJ/MF: 04.887.055/0001-16 - e-mail: cohab@cohab.pa.gov.br - site: www.cohab.pa.gov.br



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(em papel timbrado da empresa)

À

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ – COHAB/PA

Ref.: Processo nº 2023/576971 - Pregão Eletrônico nº xx/2023.

DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à (endereço completo), neste ato representada pelo(s) diretor(es) ou sócio(s) (nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) portador(a) da CI nº e do CPF/MF nº, NÃO está sob efeitos de penalidade administrativa de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal da empresa).

Companhia de Habitação do Estado do Pará

Pass. Gama Malcher, 361 - Souza - CEP 66.613-115 - Belém/PA - PABX: (91) 3214-8400 e (91) 3214-8510/8484
CNPJ/MF: 04.887.055/0001-16 - e-mail: cohab@cohab.pa.gov.br - site: www.cohab.pa.gov.br